



DIÁRIO DO GOVERNO

PREÇO DESTE NÚMERO — \$40

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e à assinatura do *Diário do Governo*, deve ser dirigida à Administração da Imprensa Nacional. As publicações literárias de que se recebam 2 exemplares anunciam-se gratuitamente.

ASSINATURAS	
As três séries . . . Ano 360\$	Semestre 200\$
A 1.ª série 140\$	80\$
A 2.ª série 120\$	70\$
A 3.ª série 120\$	70\$

Para o estrangeiro e ultramar acresce o porte do correio

O preço dos anúncios (pagamento adiantado) é de 4\$50 a linha, acrescido do respectivo imposto do selo. Os anúncios a que se refere o § único do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 37 701, de 30 de Dezembro de 1949, têm a redução de 40 por cento.

Imprensa Nacional de Lisboa

AVISO IMPORTANTE

Comunica-se aos interessados que se encontram publicados os índices da 1.ª série do «*Diário do Governo*» respeitantes aos anos de 1937, 1938 e 1939, os quais poderão ser-lhes enviados desde já, mediante pedido feito a esta Imprensa.

SUMÁRIO

Ministério da Justiça:

Portaria n.º 14 975 — Cria dois modelos de cartões de identidade para uso dos funcionários superiores e de assistência social e para os restantes funcionários de secretaria dos serviços prisionais.

Ministério da Economia:

Portaria n.º 14 976 — Actualiza a Portaria n.º 9533, alterada pela Portaria n.º 13 553, que fixa as taxas a cobrar, consideradas receita própria da Comissão Reguladora dos Produtos Químicos e Farmacêuticos, sobre os produtos importados no País e incluídos nos artigos da pauta mínima — Revoga toda a legislação em contrário e, designadamente, a Portaria n.º 13 553.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Secretaria-Geral

Portaria n.º 14 975

Impõe-se a necessidade de facilitar aos funcionários dos serviços prisionais e de assistência social do Ministério da Justiça a prova da sua identidade para reconhecimento das suas funções junto das diversas autoridades, por forma a evitar situações equívocas: manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Justiça:

1.º Criar, conforme os modelos anexos a esta portaria, dois cartões de identidade, um para uso dos funcionários superiores e de assistência social e outro para os restantes funcionários de secretaria.

2.º Os cartões são passados pela Secretaria-Geral do Ministério da Justiça, assinados pelo secretário-geral sob o selo branco da respectiva secretaria.

3.º Os cartões são substituídos todas as vezes que se verifique transferência, promoção ou qualquer outra alteração na situação dos funcionários e recolhidos pelo secretário-geral do Ministério da Justiça quando os

seus portadores deixarem de exercer a função em virtude da qual os mesmos lhes foram concedidos.

Ministério da Justiça, 5 de Agosto de 1954.— O Ministro da Justiça, *Manuel Gonçalves Cavaleiro de Ferreira*.

Para funcionários superiores e pessoal
da assistência social

(Anverso)

REPÚBLICA PORTUGUESA	
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA	
DIRECÇÃO-GERAL DOS SERVIÇOS PRISIONAIS	
Bilhete de identidade	
Nome _____	Fotografia
Cargo _____	
O Secretário-Geral,	
Selo branco	

Nota.— À esquerda e a toda a altura do bilhete leva apostila uma faixa com as cores da bandeira nacional.

(Reverso)

Destina-se este bilhete a identificar o funcionário, a quem é concedido o direito de uso e porte de arma, livre trânsito e para quem se pede o auxílio de todas as autoridades civis e militares necessário ao exercício das suas funções.

Assinatura do portador,

Cor: amarelo-torrado

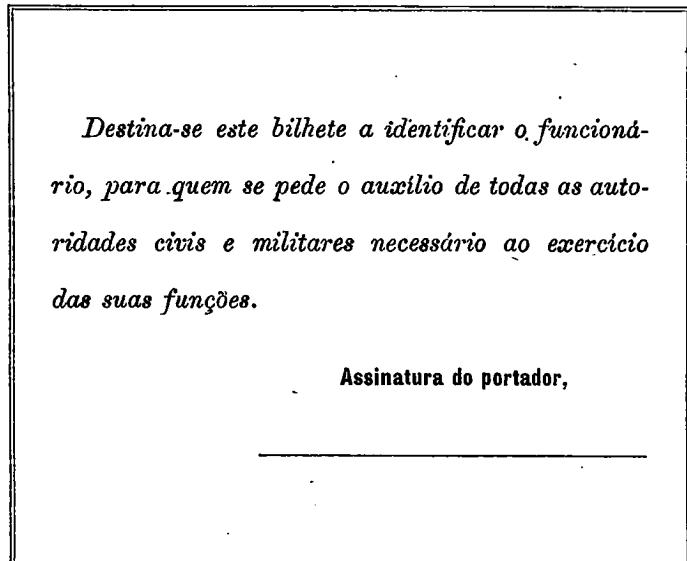
Para os restantes funcionários de secretaria

(Anverso)



Nota. — À esquerda e a toda a altura do bilhete leva apostada uma faixa com as cores da bandeira nacional.

(Reverso)



Ministério da Justiça, 5 de Agosto de 1954. — O Ministro da Justiça, *Manuel Gonçalves Cavaleiro de Ferreira*.

~~~~~

## MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Comissão de Coordenação Económica

Portaria n.º 14 976

Tornando-se necessário actualizar, de acordo com as modificações até agora introduzidas à pauta de importação aprovada pelo Decreto-Lei n.º 37 977, de 21 de Setembro de 1950, a Portaria n.º 9533, de 21 de Maio de 1940, já alterada pela Portaria n.º 13 553, de 4 de Junho de 1951; manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Economia, com fundamento no

disposto no artigo 7.º do Decreto n.º 38 909, de 12 de Setembro de 1952, o seguinte:

1. As alíneas *a*) e *b*) da Portaria n.º 9533, de 21 de Maio de 1940, passam a ter a seguinte redacção:

*a)* Taxas de 8 por cento — artigos 51, 53, 69, 92, 93 (únicalemente o anis estrelado; baga de zimbro, extracto de alcaçuz em pó, funcho; líquen eslân-dico; quilaia; raiz de alcaçuz em qualquer estado, incluindo o pó; saponária; sementes de anis ou erva-doce; óleo de pinheiro e óleos de resina), 101, 102, 105, 115, 116, 119-A, 122, 125, 126, 135, 135-A, 186-A, 186-B, 187, 188, 189, 189-A, 189-B, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 196-A, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 207, 207-A, 207-B, 207-C, 208, 209, 210, 211, 212, 214, 214-A, 215, 215-B, 216, 216-A, 216-B, 217-A, 218, 218-A, 218-B, 219, 220, 221, 222, 223-A, 223-B, 224, 225, 225-A, 226, 227, 228, 229, 229-A, 229-B, 229-C, 229-D, 230, 230-A, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 253, 254, 255, 256, 259, 260, 263, 264, 264-A, 265, 265-A, 265-B, 268-A, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 278-B, 278-C, 280, 280-A, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 287-A, 287-B, 287-C, 287-D, 288, 288-A, 290, 290-B, 291, 292, 293, 293-A, 294, 294-A, 294-B, 295, 296, 297-B, 297-C, 297-D, 298, 298-A, 300, 302, 302-A, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 309, 310, 311, 312, 312-A, 312-B, 313, 313-A, 313-B, 314, 314-A, 316, 316-A, 316-B, 317, 317-A, 318, 319, 320, 321, 322, 322-A, 323, 324, 327, 328, 329, 329-A, 329-B, 330, 333, 333-A, 334-A, 334-B, 335, 336, 336-A, 337, 338, 338, 339, 339-A, 340, 342, 343, 344, 345, 346, 347, 348, 348, 349, 350, 351, 352, 352-A, 353, 354, 358, 359, 360, 361, 362, 363, 364, 366, 368, 369, 370, 372, 373, 374, 375, 376, 377, 377-A, 377-B, 378, 379-A, 379-B, 379-C, todos os produtos incluídos no artigo 380 (com exclusão dos fungicidas e todos os solventes de nomes comerciais especiais, quando derivados do petróleo bruto ou da hulha e os óleos para traveses), 381-A, 381-B, 382, 384, 386, 387, 389, 390, 392-D, 392-E, 392-F, 955, 1023, 1062, 1079, 1085 e 1086 da pauta.

*b)* Taxas de 12 por cento — artigos 16-A, 17, 127, 128, 146, 190-A, 213, 217, 223, 238-A, 252, 257, 261, 278-A, 279, 283-A, 289, 297-A, 298-B, 299 (com exclusão dos gases combustíveis derivados do petróleo bruto), 325, 355, 356, 357, 365 (com exclusão dos produtos sulfonados e análogos derivados do petróleo bruto), 367, 371, 381, 390-A, 393, 995, 1024, 1047, 1057, 1061, 1080, 1084, 1087 e 1092 da pauta.

2. O último período da referida Portaria n.º 9533 passa a ter a seguinte redacção:

Ficam ainda isentos de taxa os produtos importados pelos seguintes artigos da pauta e sujeitos à disciplina da Comissão Reguladora: 130, 288-B, 306-A, 1045, 1045-A e 1048.

3. Fica revogada toda a legislação em contrário e designadamente a Portaria n.º 13 553, de 4 de Junho de 1951.

Ministério da Economia, 5 de Agosto de 1954. — O Ministro da Economia, *Ulisses Cruz de Aguiar Cortês*.